

ATA, 22.ª REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2026

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do edifício.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão: Francisco Cunha da Rocha, em substituição de Marta Maria Teixeira de Oliveira Massada; José Agostinho de Sousa Pinto; Ivo Martins Pinheiro, em substituição de Alberto Amaro Guedes Machado; Pedro Braga de Carvalho; Joana Filipa da Silva e Sousa; Justino da Cruz dos Santos, em substituição de Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Carlos de Magalhães Gagliardini Graça; Carlos Alexandre da Mota Freitas, em substituição de Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves; Maria Cecília Pinto Silva Sampaio, em substituição de João Diogo dos Santos Souto Coelho; Paulo César Rios de Oliveira; Julieta Alves Guimarães, em substituição de Diamantino José Videira Matos Raposinho; Ana Cláudia Moreira Teodoro, em substituição de António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Francisco Crisóstomo Calheiros; Jorge Chaves Monteiro, em substituição de João Miguel de Magalhães Alves Dias; Fernando Vítor Coelho Cardoso Campelo; Ignácio Valentin Prieto Guglielmone; Carolina Macedo dos Santos; Natacha Filipa da Silva Santos; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles; Sílvia Lopes Soares; Cristina Filomena Garcia Pereira, em substituição de Marco Régis Lacomblez Leitão; Duarte Nuno Ribeiro da Costa Correia; Joaquim Miguel Monteiro Ramos, em substituição de Sandra Maria Costa Mota Coelho; Sandra Margarida Miranda Gomes,

em substituição de Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo; Teresa Maria Vilas Boas Figueiredo; António Fernando da Silva Oliveira; Gisela Maria Bastos Ferreira Leal; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Manuel Cardoso Monteiro; Leonor Vieira Medon, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Miguel Jorge Arcos dos Santos; Susana Salbany Constante Pereira; António Cândido Bonifácio Gouveia Nogueira Regueiro, em substituição de José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Pedro Olazabal Avides Moreira; Ana Luísa Ferreira Fernandes.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Luís Dias Santos Ferreira; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Carla Maria Brêa, em substituição de Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Júlia Isabel Coelho Campos, em substituição de Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Francisco Mendes de Vasconcelos Lourenço, em substituição de Cláudia Susana Fonseca Ferreira da Silva de Faria Bravo; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Ângela Maria Fangueiro Cintra, em substituição de Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Sandra de Castro Vilela de Brito, em substituição de Pedro Jorge Ribeiro Teichgraber.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal ausentes na Sessão: Andreia Filipa Reis Leandro, em substituição de Maria João de Abreu Mena Guimarães e Castro; Francisco José dos Santos Oliveira, em substituição de Rita Sofia dos Santos Freitas.

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: Ana Catarina da Rocha Araújo; Gabriela Loureiro Queiroz; Rodrigo Teodoro Passos; Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro; Alberto Simão Campos da Mota, em substituição de Francisca do Passo Valente Carneiro Fernandes; Fernando Jorge Garcia Pereira; Helena Isabel da Silva Maia.

Membros Eleitos da Câmara Municipal ausentes na Sessão: Pedro Miguel Azeredo Duarte; Matilde Gouveia Rocha, tendo informado previamente da sua ausência; Hugo Jorge Beirão Rodrigues, tendo informado previamente da sua ausência; Jorge Miguel Meleiro Sobrado; Marta Cristina Antunes de Sá Lemos da Cruz Lança; Miguel Almeida Corte-Real Gomes.

Considerando **a ausência previamente comunicada da Presidente da Mesa**, Marta Massada, **o Primeiro Secretário**, Gonçalo Mayan Gonçalves, **assumiu a presidência da Mesa.**

Em consequência, **a Segunda Secretária da Mesa**, Teresa Vilas Boas, **assumiu as funções de Primeira Secretária.**

Foi solicitado ao Grupo Municipal PS a indicação de um membro para exercer as **funções de Segunda Secretária da Mesa**. O Grupo Municipal do PS **designou Ana Luísa Ferreira Fernandes**, que assumiu as **funções de Segunda Secretária da Mesa da Sessão.**

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem **presentes 44 Membros da Assembleia Municipal.**

Verificando-se a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia Municipal**, Gonçalo Mayan Gonçalves, **declarou aberta a Sessão.**

- PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA -

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

1. Informações gerais e Expediente.

- Minutas das Atas e Editais das reuniões da Câmara Municipal realizadas nos dias 7 e 21 de julho;
- Resposta ANACOM relativa a Moção “Contra a degradação da qualidade e o brutal aumento dos preços do Serviço Público Postal”;
- Exposição do cidadão António Curto relativa ao encerramento das instalações sanitárias da cidade.
- Moção conjunta da Câmara Municipal, pela salvaguarda da continuidade do Boavista Futebol clube, da prática desportiva dos atletas e da Zona desportiva do Bessa.
- Resposta Gabinete do Presidente da Assembleia da República, relativa a Moção “Regionalização, um imperativo democrático”, apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.
- Resposta Cooperativa de Nevogilde relativa a Recomendação “Por um Porto cada vez mais Cooperativo”.

• **Voto de Pesar pelo falecimento de João Marques Pinto, apresentado pelo Grupo Municipal CDS-PP.**

NUD/502134/2026/CMP

António Regueiro, Membro do Grupo Municipal CDS-PP, procedeu à leitura do Voto de Pesar:

“O Porto perdeu, no passado dia 20 de julho de 2026, uma das personalidades que decisivamente contribuíram para a afirmação da sua vida cultural contemporânea. Com a partida de João Marques Pinto, aos 89 anos, desaparece um empresário, um mecenas e um cidadão cujo nome ficará para sempre ligado a uma instituição maior da cultura portuguesa.

Foi o primeiro Presidente da Fundação de Serralves, cargo que exerceu desde a sua constituição, em 1989 até ao ano 2000. João Marques Pinto foi um dos principais responsáveis pela criação e afirmação daquela que é justamente considerada uma das grandes realizações culturais da democracia portuguesa.

Serralves é um dos símbolos maiores da cidade do Porto, uma referência nacional e uma instituição de reconhecimento e de prestígio internacional.

Num momento em que tudo estava ainda por construir, soube reunir vontades, conquistar confiança e mobilizar a sociedade civil, o Estado e o mecenato em torno de um desígnio que parecia, para muitos, demasiado ambicioso. Graças à sua visão, capacidade de liderança e sentido de missão, Serralves tornou-se uma realidade e um património coletivo de que hoje todos nos orgulhamos.

Homem profundamente ligado ao Porto, João Marques Pinto pertenceu a uma geração de empresários que não se limitou a construir empresas: ajudou a construir instituições. Sabia que uma cidade não se constrói apenas pela riqueza que produz, mas também pelas instituições que é capaz de legar às gerações futuras. Compreendeu que o desenvolvimento económico só é verdadeiramente transformador quando se traduz em património coletivo, em cultura e em cidadania. É esse, talvez, o traço mais distintivo do seu legado e uma das marcas mais nobres da tradição empresarial portuense.

Há homens que deixam património, outros deixam instituições. João Marques Pinto teve o raro mérito de deixar ambas as coisas à sua cidade.

Hoje, ao recordar João Marques Pinto, o Porto presta homenagem não apenas ao primeiro Presidente da Fundação de Serralves, mas também a um cidadão que soube colocar o seu prestígio, a sua capacidade de mobilização e a sua visão ao serviço do bem comum. A cidade é hoje mais rica, mais aberta ao mundo e culturalmente mais forte. É, por isso, uma cidade melhor porque contou com cidadãos como João Marques Pinto.

O seu desaparecimento representa uma perda para Portugal e para a cultura portuguesa, mas, de forma muito particular, para o Porto, que lhe deve uma parte importante da projeção cultural e internacional de que hoje justamente beneficia.

A Assembleia Municipal do Porto associa-se, por isso, ao sentimento de pesar da cidade e presta homenagem à memória de João Marques Pinto, expressando o seu profundo reconhecimento pelo legado cívico, cultural e institucional que permanece ao serviço do Porto e do País.

Nestes termos, a Assembleia Municipal do Porto delibera: manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de João Marques Pinto; prestar homenagem à sua memória e ao legado ímpar que deixou ao Porto, à cultura portuguesa e ao País; apresentar à sua família, amigos e à Fundação de Serralves as mais sentidas condolências”.

Os Grupos Municipais FA, PPD/PSD, PS, L e CH, associaram-se ao Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Talhadas dos Santos, apresentado pelo Grupo Municipal Partido Socialista.**

NUD/515358/2026/CMP

Ricardo Meireles, Membro do Grupo Municipal PS, procedeu à leitura do Voto de Pesar:

“O Professor Doutor Paulo Talhadas dos Santos, figura incontornável da biologia portuguesa e referência maior da conservação da natureza, faleceu no passado dia 10 de julho de 2026.

Nascido em Angola, a 9 de agosto de 1959, chegou ao Porto em 1975. Aqui, construiu todo o seu percurso académico, científico e cívico. Licenciou-se em Biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Em 1983, foi distinguido com o prémio da Fundação Eng. António de Almeida pela melhor classificação do curso. Doutorou-se em Biologia, na especialidade de Ecologia Animal, dedicando 40 anos à docência na FCUP nas áreas de Ecologia Marinha, Biologia da Conservação, Recursos Naturais, Biodiversidade e Educação Ambiental.

Nascido em Angola, a 9 de agosto de 1959, chegou ao Porto em 1975. Aqui, construiu todo o seu percurso académico, científico e cívico. Licenciou-se em Biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Em 1983, foi distinguido com o prémio da Fundação Eng. António de Almeida pela melhor classificação do curso.

Doutorou-se em Biologia, na especialidade de Ecologia Animal, dedicando 40 anos à docência na FCUP nas áreas de Ecologia Marinha, Biologia da Conservação, Recursos Naturais, Biodiversidade e Educação Ambiental.

Investigador do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, destacou-se pelo trabalho pioneiro na caracterização e gestão de ecossistemas, em particular na biologia marinha e estuarina e na biologia dos recursos pesqueiros. Coordenou e participou em numerosos projetos científicos, estudos de impacto ambiental e planos de ordenamento costeiro.

Reconhecido pelo rigor, marcou profundamente gerações de estudantes. Foi um professor dedicado, de trato elegante, que soube transmitir valores de cidadania e compromisso com o conhecimento. A sua ação estendeu-se muito além da academia: presidiu ao Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens (1996-2001), integrou a direção da Quercus e da Associação Transumância e Natureza, e foi presidente honorário da IRIS. Foi membro da Comissão Diretiva do Colégio do Ambiente da Ordem dos Biólogos e, em 2023, foi distinguido como sócio honorário da ZERO.

Promoveu programas de educação ambiental, campanhas de reflorestação e contribuiu para a edição de guias de identificação da fauna e flora portuguesas, ajudando sucessivas gerações a compreender a importância da conservação. Na década de 90, foi comentador regular de temas ambientais na RTP2 e na rádio.

A sua perda constitui um momento de luto para a comunidade académica e científica, para a cidade do Porto e para o país. Permanece o seu legado de conhecimento, integridade e dedicação à defesa da natureza.

Assim, reunida em sessão extraordinária no dia 27 de julho de 2026, a Assembleia Municipal do Porto presta a sua homenagem a Paulo Talhadas dos Santos e delibera aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento, respeitar um minuto de silêncio em sua memória e endereçar as mais sentidas condolências à sua família e amigos”.

Os Grupos Municipais FA, PPD/PSD, CDS-PP, L e CH, associaram-se ao Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., propôs a apreciação e votação de um Voto de Pesar e de Solidariedade face à conjuntura internacional, designadamente aos ataques ocorridos em Seattle e Berlim, bem como aos incêndios registados em Espanha e França.

Sublinhou a consternação face às situações ocorridas e propôs o envio de ofício aos respetivos interlocutores.

Realçou o sentimento de pesar da Assembleia Municipal perante as perdas humanas e materiais associados e de solidariedade para com as comunidades afetadas.

Lembrou o compromisso para com os valores democráticos humanitários e de convivência pacífica entre povos e culturas.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal IL, questionou a Mesa se o Voto de Pesar ia ser acompanhado de um documento de suporte.

O Presidente da Assembleia Municipal, Gonçalo Mayan Gonçalves, respondeu que o conteúdo era o produzido oralmente.

A Mesa aceitou a proposta de Voto de Pesar e de Solidariedade e colocou à votação do Plenário.

Os Grupos Municipais FA, PS e L associaram-se ao Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, informou que ia apresentar uma Declaração de Voto, por escrito, à Mesa (Anexo I).

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 20 de julho de 2026

Ordem de Trabalhos expedida em 22 de julho de 2026)

1. Deliberação sobre aprovação da Celebração do Contrato-Programa com a STCP - "Serviço Via Livre" e respetiva Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais.

NUD/490994/2026/CMP

Ricardo Meireles, Membro do Grupo Municipal PS, alertou para o estacionamento indevido na cidade, que considerou ser um fator prejudicial à operação do transporte público.

Acrescentou que a garantia da circulação do transporte público era uma condição essencial para uma cidade mais sustentável.

Disse que o reforço em causa pretendia responder a essa realidade e que podia melhorar a circulação.

Defendeu a fiscalização como objeto de prevenção e de dissuasão colocado ao serviço da mobilidade e do interesse público.

Considerou fundamental o acompanhamento da comparticipação financeira, saudou a existência de indicadores de desempenho, de monitorização e de avaliação periódica, e destacou o parecer favorável do fiscal único.

Concluiu que, no entendimento do Partido Socialista, o investimento no transporte público devia garantir a fluida circulação, sendo essa a finalidade daquele serviço. Informou que iam votar a favor do proposto.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal IL, sublinhou a informação detalhada da proposta, bem como a sua monitorização e custos envolvidos para uma tomada de decisão consciente.

Referiu que a proposta preconizava uma postura focada na eficiência do serviço e na melhoria da qualidade da oferta.

Assumiu que o estacionamento indevido era um flagelo na cidade e lançou o repto ao Executivo para avaliar as vias onde existisse um excesso de oferta rodoviária, de forma a responder com medidas dissuasoras. Informou que iam votar a favor da medida.

Gisela Leal, Membro do Grupo Municipal L, informou que o Grupo Municipal LIVRE ia votar a favor do proposto, por considerar ser um contributo para uma estratégia de transformação do paradigma da mobilidade.

Considerou o estacionamento indevido um problema estrutural com consequências incalculáveis.

Disse que a medida visava melhorar a fiabilidade do serviço. Ainda assim, considerou serem necessárias mais medidas para tornar a oferta dos transportes públicos mais atrativa.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., considerou ser uma medida necessária e coerente, com contributo para uma mobilidade mais sustentável. Destacou a densidade dos dados na proposta apresentada e sugeriu um mapeamento do efeito da medida.

Informou que ia votar a favor e alertou para outras medidas necessárias.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que não concordava com a solução.

Acrescentou fazer sentido solicitar pareceres das associações representativas dos trabalhadores.

Disse que a STCP necessitava de um reforço de verbas em outras áreas desinvestidas e considerou que a proposta em apreciação devia ser integrada numa política com garantias, caso contrário podia pecar por escassa.

Concluiu que a diversificação de áreas na STCP podia comportar riscos e informou que ia abster-se na votação, pela discordância com a medida e pela necessidade de outras ações naquela situação.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, disse tratar-se de uma resposta concreta a um problema que afeta, diariamente, a mobilidade do transporte público no Porto.

Acrescentou que o estacionamento indevido tinha implicações em vários âmbitos da operacionalização da STCP.

Informou que em 17 meses tinham sido levantados mais de onze mil autos, o que evidenciava a dimensão do problema, mas também a capacidade do serviço.

Disse que o reforço proposto apresentava vantagens muito claras, como assegurar a cobertura de quatro zonas da cidade, presença mais contínua com efeito preventivo e dissuasor, a libertação das vias e paragens reduzindo atrasos, a melhoria da fiabilidade do serviço e um equilíbrio financeiro, através do estabelecimento do contrato-programa.

Deu nota ainda dos mecanismos de acompanhamento e de avaliação do desempenho, o reforço da capacidade de fiscalização, melhoria do transporte público e a garantia de uma utilização mais organizada do espaço público. Informou que o PSD ia votar a favor do proposto.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, referiu que a proposta estava bem estruturada e merecia apoio.

Lamentou a existência daquele problema na cidade, estando em causa uma correção de comportamentos que revelavam falta de civismo e de respeito pelo próximo.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, partilhou a análise efetuada ao relatório de contas da SCTP, dando nota de se ter mantido a receita, a distância percorrida, o número de assinaturas, mas dizendo que havia um aumento do passivo.

Em relação ao proposto, disse que o reforço representava um acréscimo na despesa e que havia uma duplicação de funções, tendo em conta que a polícia municipal já fazia aquele tipo de fiscalização.

Referiu ainda a falta de indicadores de desempenho quanto ao aumento de velocidade média nas linhas em atuação.

Duarte Nuno Correia, Membro do Grupo Municipal CDS-PP, disse que os dados constantes da fundamentação comprovavam que não estavam perante uma perceção subjetiva, tendo sido registadas mais de sete mil infrações de estacionamento, em 2025, pelo que o proposto merecia o apoio do CDS-PP.

Notou que era uma política a favor da utilização equilibrada do espaço público, sendo um esforço financeiro controlado por indicadores concretos de produtividade, eficiência, cobertura geográfica, bem como uma respetiva avaliação anual.

Explicou que a proposta permitia reforçar a circulação da STCP, protegia as vias BUS, reforçava a segurança rodoviária e tornava previsível o serviço de transporte público.

Informou que o CDS-PP ia votar a favor.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 42 votos a favor (13 PS + 13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 3 CH + 2 L + 2 FA + 1 B.E. + 1 IND) e 2 abstenções (CDU).

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, **informou que ia apresentar uma declaração de voto**, por escrito, **à Mesa** (Anexo II).

2. Deliberação sobre autorização para a alinação do imóvel sito na Rua do Pinheiro Grande.

NUD/481907/2026/CMP

Gisela Leal, Membro do Grupo Municipal L, disse que voltar atrás neste processo era quebrar um compromisso assumido anteriormente.

Referiu que aquele revés aumentava o risco de vulnerabilidade e de não-aceitação das comunidades e era encarado como um desdiz ao propósito de contrariar a crise de habitação.

Acrescentou que alienar património público era contraproducente e era uma regressão inaceitável para quem pretendia valorizar e apoiar os esforços próprios de integração das pessoas.

Concluiu que não se tratava apenas de centros religiosos, mas de centros de apoio às comunidades, e que o proposto favorecia o mercado e desprotegia a população, pelo que merecia o voto contra do Grupo Municipal LIVRE.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, informou que o Partido Socialista ia votar contra, por considerar que o património municipal devia ser utilizado como instrumento para o desenvolvimento da cidade.

Disse que a parcela estava localizada numa zona onde se previa uma grande transformação urbana e, perante uma crise de habitação e a escassez de terrenos municipais, a venda não fazia sentido.

Esclareceu que cada terreno municipal representava uma reserva estratégica para políticas públicas pelo que considerava ser um dos mais importantes instrumentos de regulação urbana.

Acrescentou que o interesse público não se esgotava nos projetos existentes, era também visto como forma de assegurar o de amanhã.

Concluiu, dizendo que, em coerência com a visão do partido Socialista e em defesa da dramática crise de habitação e de uma visão estratégica, iam votar contra o proposto.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., disse que a proposta tinha impacto direto na forma como a cidade tratava as comunidades religiosas e o direito ao culto, a igualdade de tratamento e a integração das comunidades migrantes.

Referiu que os locais de culto existentes não tinham condições mínimas e não respondiam às necessidades de milhares de pessoas que viviam na cidade.

Acrescentou ser preocupante que uma das primeiras opções do executivo fosse colocar o imóvel em hasta pública, quando tinha dezenas de imóveis cedidos a instituições religiosas. Concluiu que aquela alienação era um erro político e um sinal profundamente negativo.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, considerou ser uma perda de oportunidade para a afirmação do espírito do Porto.

Disse que apesar de ter sido uma medida anunciada em campanha não a tornava defensiva dos interesses da cidade.

Notou ser uma discriminação das pessoas, segundo o culto que professam, quando deviam ser dadas oportunidades de igualdade.

Em relação às pessoas envolvidas, defendeu a sua integração em segurança.

Concluiu tratar-se de um fechar de oportunidade à história do Porto, à afirmação do seu carácter, de receber bem, de partilhar e estar em igualdade de circunstâncias.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, lembrou a tradição liberal do Porto, pelo que pensava ser da mais elementar justiça que as comunidades religiosas financiassem os seus próprios locais de culto, e não o Estado, defendendo a igualdade entre todas.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., questionou se Carlos Graça entendia que as entidades religiosas que beneficiam de apoio público deviam deixar de o receber.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, respondeu que os locais de culto não deviam ser apoiados pelos serviços públicos, ao contrário dos locais de assistência assistenciais, com atividades sociais e culturais.

Duarte Nuno Correia, Membro do Grupo Municipal CDS-PP, referiu que as alienações deviam ser analisadas, tendo por base três critérios: interesse público, boa gestão do património municipal e a transparência do procedimento.

Citou a argumentação da proposta, dando nota de ser um procedimento sujeito às regras aplicáveis e à fiscalização política da Assembleia Municipal, e de que a receita seria canalizada para projetos concretos, de interesse público.

Informou que o CDS-PP ia votar favoravelmente a autorização.

Joana Sousa, Líder do Grupo Municipal IL, defendeu a liberdade de culto consagrada na constituição – um direito que considerou não estar em causa.

Referiu que o que estava à discussão era a forma como a Autarquia geria o seu património e o princípio que devia orientar a sua relação com todas as confissões e comunidades religiosas, dando nota de que a religião era irrelevante para a decisão, porque o princípio era universal.

Acrescentou que a proposta mencionava que o imóvel tinha deixado de ser necessário para fins de interesse público.

Disse que iam acompanhar o proposto, por entenderem que o património municipal devia ser gerido com critérios de interesse público, transparência e de igualdade.

Paulo Rios de Oliveira, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, fez um enquadramento histórico da proposta, dando nota da medida já ter sido anunciada em campanha eleitoral, pelo que não era novidade.

Criticou a incoerência das posições manifestadas pelos grupos municipais no anterior e atual mandato, citando o uso da palavra “esquema” por Raúl Almeida para se referir à situação.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, solicitou à Mesa a disponibilização da gravação da sua intervenção às direções dos grupos municipais.

Lamentou e denunciou o aproveitamento e manipulação de Paulo Rios de Oliveira.

O Presidente da Assembleia Municipal, Gonçalo Mayan Gonçalves, respondeu que o pedido tinha sido registado e que a gravação ia ser distribuída.

Paulo Rios de Oliveira, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, esclareceu que havia tomado nota da expressão, afirmando que a mesma foi usada.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, solicitou que fosse acrescentada a intervenção de Paulo Rios de Oliveira ao pedido, para contextualização.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, notou as diferentes posições políticas do anterior e atual mandato.

Ressalvou que a história que contextualizava a proposta não devia ser apagada e que as forças políticas deviam ter hombridade para a assumir.

Referiu que a CDU, ao longo do tempo, tem votado contra às políticas de alienação de património e acrescentou que a venda em apreciação não era necessária.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, esclareceu que o interesse público devia assegurar opções para o amanhã e para futuros executivos municipais, pelo que deviam manter os terrenos, sendo este um bem escasso na cidade.

Adiantou que o Partido Socialista tinha a maior representação da Assembleia Municipal pelo que devia ser ouvido.

Chamou a atenção para as forças políticas que mudaram de posição em relação ao assunto em apreciação, elogiando a verticalidade e coerência de Raúl Almeida.

Solicitou esclarecimentos ao Executivo sobre a sua forma de atuação, no anterior mandato – uma vez que fizeram parte de ambos os executivos.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., solicitou a disponibilização aos grupos municipais da ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 21 de julho, em que foi votado o apoio à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa

Maria de Campanhã, para obras de reabilitação, conservação e restauro da igreja, bem como a ata da reunião de 22 de junho de 2026, em que foi decidido o apoio à Igreja de São João Baptista.

Reiterou que a Autarquia tinha dezenas de imóveis cedidos a instituições religiosas para fins de culto, a que não se opunha, discordando apenas das diferenças de tratamento.

O Presidente da Assembleia Municipal, Gonçalo Mayan Gonçalves, solicitou que apresentasse o pedido, por escrito, solicitando aos serviços a agilização da disponibilização da respetiva documentação.

Paulo Ribeiro, Presidente da Junta da Freguesia de Campanhã, respondeu a Susana Constante Pereira dizendo que a Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Campanhã era centenária e estava identificada como património histórico.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., reiterou o seu apoio a favor das obras em causa.

Duarte Nuno Correia, Membro do Grupo Municipal CDS-PP, respondeu a Susana Constante Pereira que estavam a ser tratados assuntos diferentes.

Em relação à intervenção de Francisco Calheiros, informou que o CDS-PP não havia mudado de posição.

Explicou que o anterior Presidente da Câmara Municipal tinha deixado a decisão para o Executivo atual, cuja decisão havia sido já anunciada e sufragada em eleições.

Pedro Braga de Carvalho, Membro do Grupo Municipal PS, apelou ao diálogo para o vencimento de causas, dado que as forças políticas que apoiam o Executivo não tinham maioria no órgão.

Carolina Macedo dos Santos, Membro do Grupo Municipal PS, acrescentou que, ao pedido de envio de ata, fosse anexa a respetiva proposta, uma vez que o imóvel foi

adquirido tendo em vista o apoio do município ao Centro Islâmico, através de cedência em direito de superfície, para a construção de novas instalações.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Catarina Araújo, em resposta à intervenção do PS, aconselhou a leitura da ata da reunião da Câmara Municipal de 2 de junho de 2025.

Esclareceu que, já era do conhecimento de todos que o imóvel tinha sido adquirido, pelo anterior Executivo, com a intenção de cedência de direito de superfície ao Centro Cultural Islâmico, e que, no entanto, o atual Executivo optou pela não cedência.

Considerou a posição contrária das forças políticas, legítima.

Referiu que não se promovia a integração de uns com o desequilíbrio em relação aos outros.

Centralizou a discussão na alienação em causa, dando nota de ser uma decisão técnica, fundamentada e tratar-se de um ato de boa gestão, não havendo uma necessidade específica prevista para aquele local.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 24 votos a favor (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 3 CH + 1 IND) e 20 votos contra (13 PS + 2 L + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E.).

3. Deliberação sobre autorização para a constituição do direito de superfície sobre um imóvel ao Lar Rosa Santos.

NUD/482482/2026/CMP

Saíram da Sala Jorge Monteiro, Membro do Grupo Municipal PS, **Pedro Avides Moreira e Joaquim Ramos**, Membros do Grupo Municipal CH, **Pedro Schuller**, Membro do Grupo Municipal IL, e **Fernando Cardoso**, Membro Independente.

Justino Santos, Membro do Grupo Municipal PS, fez uma breve apreciação à proposta, que considerou cumprir com os objetivos sociais propostos e informou que seria votada favoravelmente.

Falou depois sobre o papel dos municípios no desenvolvimento das cidades e melhoria de vida das populações, dando exemplos de projetos já implementados, ou que gostaria que o fossem, no Porto.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., resumiu os considerandos da proposta.

Disse que, indo esta cedência ao encontro do interesse público e das políticas municipais, teria o voto favorável.

Francisco Rocha, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, complementou as análises efetuadas, reforçando o papel importante que o Lar Rosa Santos tem na resposta social da cidade.

Resumindo, também, os considerandos da proposta, que considerou cumprirem todos os requisitos, disse que seria votada favoravelmente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

4. Deliberação sobre Desafetação da parcela de terreno do domínio público municipal, sita na Rua do Estoril.

NUD/481821/2026/CMP

Entraram na Sala Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal IL, **Fernando Cardoso,** Membro Independente, **e Joaquim Ramos,** Membros do Grupo Municipal CH.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

5. **Deliberação sobre Aprovação da celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Ramalde, no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular e da Componente de Apoio à Família/Atividades de Animação e de Apoio ao Estudo - ano letivo 2026/2027.**

NUD/481475/2026/CMP

Pedro Braga de Carvalho, Membro do Grupo Municipal PS, partilhou o seu ponto de vista sobre a descentralização de competências do Estado para as Autarquias e, destas, para as Juntas de Freguesia, dizendo que este era um mecanismo que favorecia a política de proximidade e a resposta aos cidadãos.

Apreciando depois a proposta em deliberação e a sua fundamentação, que considerou estar conforme, disse haver espaço para melhoria de alguns aspetos, nomeadamente na medição de métricas e indicadores de desempenho.

Informou que seria votada favoravelmente.

Entraram na Sala Jorge Monteiro, Membro do Grupo Municipal PS, e **Pedro Avides Moreira**, Membro do Grupo Municipal CH.

Francisco Rocha, Membro do Grupo Municipal CDS-PP, fez um enquadramento histórico do desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular e da componente de apoio à família na Junta de Freguesia de Ramalde.

Realçando o impacto positivo que este programa tem tido na vida dos cidadãos, disse que votariam favoravelmente.

Leonor Medon, Membro do Grupo Municipal CDU, fez uma análise da proposta, concordando com a avaliação positiva feita pela Câmara Municipal dos resultados obtidos com este programa.

Deixou depois algumas notas sobre a possível necessidade de ajustamento dos montantes financeiros afetos pelo Município à Junta de Freguesia de Ramalde para o desenvolvimento destas atividades e pediu um esclarecimento sobre que escolas estavam abrangidas por este programa.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., resumiu a proposta e disse que este era um bom exemplo do que era possível atingir com a descentralização de competências para as freguesias, sublinhando que a Junta de Freguesia de Ramalde tinha sido pioneira neste programa, implementado há duas décadas.

Disse depois que esta resposta às famílias e às crianças deveria assegurar que a ocupação dos tempos livres não fosse feita apenas com atividades curriculares, mas também com tempo para brincar.

Terminou, reforçando a sugestão de que o pacote financeiro envolvido pudesse ser ajustado às reais necessidades verificadas.

Ignacio Prieto, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, começou por dizer que esta proposta pretendia dar continuidade a um programa com comprovados benefícios para os cidadãos, desde há vinte anos, fazendo um breve enquadramento histórico do mesmo.

Reafirmou que este tipo de parcerias, traziam claras vantagens para as populações, deveriam ser apoiadas, pelo que a proposta seria votada a favor.

Deixou uma nota de agradecimento à Junta de Freguesia de Ramalde pelo trabalho efetuado e terminou a sua intervenção.

Justino Santos, Membro do Grupo Municipal PS, reforçou as análises feitas anteriormente, dizendo que estava provado que o poder local, pelo seu conhecimento e proximidade às populações, desenvolvia políticas mais eficazes e a um menor custo do que o Estado Central.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Catarina Araújo, respondeu às questões colocadas pelo Grupo Municipal CDU, dizendo quais as escolas que ainda não estavam abrangidas por este programa, naquela freguesia.

Disse depois que os montantes transferidos pelo Município para a Junta de Freguesia foram aqueles que foram combinados entre as duas entidades, no protocolo.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

6. Deliberação sobre aprovação do projeto de Regulamento do Conselho Municipal das Comunidades do Porto.

NUD/479226/2026/CMP

O Presidente da Assembleia Municipal, Gonçalo Mayan Gonçalves, informou que o Grupo Municipal CDU tinha apresentado duas propostas de alteração ao ponto em deliberação, que tinham sido distribuídas pelos restantes Grupos Municipais.

Esclareceu depois que, de acordo com o enquadramento jurídico aplicável, qualquer alteração votada obrigaria a que a proposta voltasse a um novo período de discussão pública.

Duarte Nuno Correia, Membro do Grupo Municipal CDS-PP, perguntou se estas propostas de alteração seriam votadas pelo Plenário, tendo o Presidente da Assembleia Municipal, Gonçalo Mayan Gonçalves, confirmado que sim.

Carolina Macedo dos Santos, Membro do Grupo Municipal PS, saudou a reativação do Conselho Municipal das Comunidades do Porto e o presente projeto de regulamento.

Afirmou que esta era uma ferramenta importante para o acolhimento de todos aqueles que escolhem a cidade para viver e trabalhar.

Deixou algumas notas sobre a definição de comunidade constante no texto do regulamento, sugerindo que fossem clarificados alguns conceitos e critérios de elegibilidade dos representantes no Conselho.

Fez também outras sugestões sobre a sua composição e o texto em apreciação, terminando a sua intervenção.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, fez uma interpelação à Mesa para perguntar se não poderiam ser votadas as propostas de alteração feitas pelo Grupo Municipal CDU, antes das intervenções dos outros Grupos Municipais, tendo a Mesa informado que seriam votadas no final da discussão do ponto.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que a reativação deste Conselho era muito oportuna no contexto atual do Porto.

Disse, também, que as comunidades imigrantes não só partilham as mesmas dificuldades vividas pelos cidadãos nacionais, como também outros desafios decorrentes da sua adaptação ao território.

Passou depois a analisar o regulamento, explicando porque é que tinham sido apresentadas duas propostas de alteração ao texto, relacionadas com a sua composição e a escolha dos representantes das comunidades e discordando da interpretação jurídica feita de que qualquer alteração aprovada remeteria o regulamento, novamente, para consulta pública.

Terminou, dizendo que a reativação do Conselho Municipal das Comunidades do Porto era apenas o início de um caminho que gostariam de ver lançado em benefício da integração das comunidades, na cidade.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, considerou, igualmente, a reativação do Conselho Municipal para as Comunidades um passo importante no conhecimento e partilha de experiências intracomunitárias.

Seguidamente, disse que as alterações sugeridas pela CDU pecavam pela hora a que tinham sido apresentadas e não tinham cabimento no que estava a ser decidido, pelo que não as apoiariam.

Informou que votariam a favor da proposta original, terminando a sua intervenção.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., completou as intervenções anteriores, lembrando a proposta que tinham feito para a criação de um Plano Municipal para a Integração das Comunidades Migrantes, que permitiria desenvolver uma estratégia integrada para dar resposta aos problemas identificados por estas comunidades.

Disse que, sem a combinação destes dois instrumentos, o Conselho Municipal corria o risco de se tornar um mero órgão consultivo e deixou algumas notas sobre a sua composição.

Terminou, informando que votaria favoravelmente, também as propostas de alteração da CDU, e colocando algumas objeções à interpretação jurídica produzida.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, informou que votariam favoravelmente a proposta, pela pertinência e importância que a mesma teria para a cidade e os cidadãos. Disse que as questões levantadas sobre a composição do Conselho, ainda que pudessem ser analisadas no futuro, não justificavam o adiamento da votação neste regulamento e a sua entrada em vigor.

Gisela Leal, Membro do Grupo Municipal L, apoiou a reativação do Conselho Municipal das Comunidades e agradeceu os contributos feitos por todas as entidades envolvidas.

Disse esperar que este regulamento servisse como ponto de partida de um processo de auscultação e integração de todas as pessoas que vivem e trabalham no Porto.

Informou que também votariam favoravelmente as propostas da CDU.

Natacha Santos, Membro do Grupo Municipal IL, informando do voto favorável na proposta, reafirmou a importância que teria para a diversidade cultural e social vivida, atualmente, no Porto.

Analisando a composição do Conselho Municipal, disse que a mesma deveria assegurar a participação cívica e o diálogo entre entidades, de forma a produzir recomendações efetivas, que possam melhorar as políticas municipais.

Duarte Nuno Correia, Membro do Grupo Municipal CDS-PP, disse que este Conselho Municipal permitiria devolver à cidade um espaço institucional de participação e de cooperação com as comunidades migrantes e as minorias étnicas, respondendo às questões decorrentes da crescente diversidade de pessoas e culturas que fazem parte da população do Porto.

Realçou o contributo que este órgão traria ao desenvolvimento de políticas mais assertivas e capazes e considerou que a sua composição permitia uma participação representativa e democrática, respeitando as conclusões obtidas na consulta pública.

Relativamente às propostas apresentadas pela CDU, disse que, tratando-se de alterações que poderão ser estudadas no futuro, não seriam acompanhadas pelo CDS-PP.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, falou sobre a conjuntura atual do Porto, a nível social e populacional.

Voltou a realçar que o Conselho Municipal das Comunidades traria uma sistematização à auscultação das pessoas e das entidades e reuniria dados para o desenvolvimento de políticas municipais mais articuladas.

Falou sobre a composição do Conselho, que disse trazer a representatividade e diversidade necessárias para este objetivo, em cumprimento com as melhores práticas europeias.

Deu uma nota positiva à forma como o Executivo e a sociedade civil trabalharam neste regulamento e informou que votariam contra as propostas de alteração do Grupo Municipal CDU por não encontrarem sustentação para as mesmas.

A Vereadora do Pelouro da Coesão Social, Saúde e Proteção Civil, do Pelouro da Habitação e do Pelouro dos Recursos Humanos, Gabriela Queiroz, disse que o entendimento do Executivo, ao apresentar este regulamento, era de que o mesmo era tão abrangente e aberto à participação de todos, incluindo daqueles que não estão formalmente contidos no regulamento, que não compreendiam as alterações propostas. Passou a explicar, com mais detalhe, os princípios que guiaram a composição do Conselho e esclareceu a questão levantada sobre definição de comunidade, dizendo que a opção por não fazer uma definição formal tinha sido deliberada, de forma a deixar aberto o conceito, para que todos aqueles que decidissem constituir-se como comunidade, desde que devidamente fundamentado perante o plenário, pudessem escolher um representante.

Afirmou que o superior interesse do Município era reativar o Conselho para as Comunidades, mas que aceitariam, se fosse o caso, a decisão da Assembleia Municipal em voltar a enviar o processo para consulta pública, em cumprimento com a lei.

A Mesa colocou à votação do plenário as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Municipal CDU.

- **Proposta de Alteração ao Artigo 6.º (Composição)**

NUD/518500/2026/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 26 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL+ 3 CH + 2 FA+ 1 IND) e 18 votos a favor (13 PS + 2 L + 2 CDU + 1 B.E.).

- **Proposta de Alteração à alínea r) do N.1 do Artigo 6.º (Composição)**

NUD/518509/2026/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 26 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL+ 3 CH + 2 FA+ 1 IND) e 18 votos a favor (13 PS + 2 L + 2 CDU + 1 B.E.).

Deliberação do Ponto n.º 6: Aprovada, por unanimidade.

Francisco Calheiros e Agostinho Sousa Pinto, Líderes dos Grupos Municipais CDU e PS, **informaram que iam apresentar declarações de voto**, por escrito, **à Mesa** (Anexo III), não tendo sido a declaração de voto do PS entregue.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., apresentou a seguinte declaração de voto oral:

“Só fazer uma nota de que votámos favoravelmente a proposta da CDU, em relação a ter elementos com intervenção plena, mas estatuto de observador no que diz respeito ao voto, também à luz do que acontece com outros Conselhos Municipais propostos pelo Executivo, em que o mesmo acontece, por exemplo, se não estou em erro, foi no Conselho Municipal de Saúde em que foi criado precisamente este estatuto, o de membros observadores.

E também porque nos colocámos a questão de que, qualquer entidade com papel e responsabilidade neste âmbito irá ter a sua participação e nunca irá pôr essa participação e empenho em causa, por ter direito a voto ou não, e, ao contrário, não sei se poderá haver alguma sensibilidade, por exemplo, alguém do Instituto de Emprego e Formação Profissional estar a votar questões que dizem respeito à vida concreta das pessoas com quem trabalham, pode trazer algum desconforto.

Só clarificar a votação que, como foi visto, não pôs em causa o voto no regulamento, no seu todo.

A mesma coisa relativamente a ser mais do que um membro, percebo o que diz a Senhora Vereadora, mas não ser um, apenas, não quer dizer serem todos e, portanto,

poderia ser como aconteceu no passado, haver maior equilíbrio e mais do que um membro.

Mas, mais uma vez, não foi isso que impediu o voto a favor do Bloco de Esquerda e queria terminar congratulando-me com o facto de que, no final de contas, este Conselho Municipal e o seu regulamento foi aprovado com unanimidade, acho que isto é um excelente sinal para a cidade e foi, também nesse sentido, que votámos.”

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -

art.º 41.º do Regimento

O cidadão Álvaro Rodrigues fez uma intervenção sobre a demolição da fachada do prédio onde habita, que provocou problemas de infiltrações no imóvel e resultou numa violação das regras urbanísticas.

O cidadão Manuel Solla falou sobre o Conselho Municipal das Comunidades do Porto, a sua reativação, composição e a forma como o processo de consulta pública decorreu.

A cidadã Cristina Almeida fez uma exposição sobre o pedido de transferência de habitação que tinha a decorrer na Domus Social.

A cidadã Sílvia Santos fez uma intervenção sobre as obras que estavam programadas para o Bairro Fernão de Magalhães e os valores de comparticipação atribuídos aos proprietários superficiários.

A cidadã  falou sobre a Organização Missão Férias.

O cidadão Tiago Mendes, inscrito para intervir, não compareceu na Sessão, e os cidadãos Abílio Resende e Marcelo dos Santos prescindiram do uso da palavra.

Nada mais havendo a tratar, e tendo sido atribuído, por unanimidade, um Voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento, o **Presidente da Assembleia Municipal**, Gonçalo Gonçalves, **encerrou a Sessão**, eram 00h46.

O Presidente da Assembleia Municipal



Gonçalo Gonçalves

A Primeira Secretária



Teresa Vilas Boas

Anexo I: Declaração de Voto Grupo Municipal CH sobre o "Voto de Pesar e de Solidariedade face à conjuntura internacional, designadamente aos ataques ocorridos em Seattle e Berlim, bem como aos incêndios registados em Espanha e França".



DECLARAÇÃO DE VOTO

Referente ao Voto de Pesar Oral apresentado pelo BE no período de antes da ordem do dia, o Grupo Parlamentar do CHEGA, estando de acordo com o conteúdo do mesmo, face às recentes ocorrências/acidentes/atentados, considera que o mesmo peca por ser redutor, esquecendo outras ocorrências, não menos graves, que se verificam no Mundo no mesmo espaço temporal.

De facto, outras realidades devem ser referidas e incluídas no âmbito deste Voto de Pesar, nomeadamente:

- Aos massacres realizados no norte de Moçambique sobre a população civil, perpetrado por grupos Radicais islâmicos,
- Aos massacres realizados sobre populações civis cristãs no norte da Nigéria,
- Aos massacres realizados sobre população civil no Irão, Líbano e Síria,
- Sobre a opressão e limitação de direitos sobre as mulheres no Afeganistão,
- Etc...

Tendo votado a favor, consideramos da mais elementar justiça proceder à inclusão destas factos que se registam na nossa época.

Porto, 27 de Julho de 2026

O Grupo Municipal do CHEGA

Anexo II: Declaração de Voto Grupo Municipal CDU sobre o Ponto 1 "Deliberação sobre aprovação da Celebração do Contrato-Programa com a STCP - "Serviço Via Livre" e respetiva Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais."



CDU - Coligação Democrática Unitária - POP.PPV



CIDADE DO PORTO

DECLARAÇÃO DE VOTO

1. Deliberação sobre aprovação da Celebração do Contrato-Programa com a STCP "Serviço Via Livre" e respetiva Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais.

A proposta apresentada à Assembleia Municipal parte de uma realidade preocupante e de um problema efectivo de desrespeito pelas faixas de BUS e paragens da STCP, através de estacionamento abusivo ou outras acções que prejudicam directamente os utentes, reduz a regularidade e a velocidade comercial da STCP e compromete a atractividade do transporte público.

Concluído, a CDU continua a entender que a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e do estacionamento abusivo no espaço público deve constituir uma responsabilidade das forças de segurança e da Polícia Municipal, não sendo desejável a transferência progressiva destas competências para empresas municipais de transportes.

A proposta apresentada propõe alterações e reforço de um programa já existente e em execução, visando sobretudo enquadrar financeiramente responsabilidades e o respectivo contrato-programa.

Uma decisão desta natureza deve ter em consideração a opinião dos trabalhadores da STCP e das suas estruturas representativas, tendo em conta o impacto que este alargamento de competências pode ter na organização da empresa e na afectação dos seus recursos.

Por outro lado, continua por demonstrar os resultados efectivos deste modelo, avaliando com dados concretos se o reforço dos meios de fiscalização se traduz efectivamente numa melhoria da velocidade comercial, da regularidade e da pontualidade do serviço, ou se serão necessárias outras soluções.

Para a CDU, as prioridades de investimento da STCP devem continuar a centrar-se no reforço da oferta de transporte público: contratação de motorista e valorização das suas carreiras e condições de trabalho, reforço das oficinas e da manutenção, renovação da frota e expansão dos corredores BUS segregados, medidas que atacam estruturalmente os problemas da mobilidade.

Ainda que com divergências, optámos pela abstenção neste ponto com o compromisso que a CDU acompanhará a execução deste contrato-programa e solicitará informação sobre os seus resultados, re-avaliando a sua posição relativamente a futuras propostas nesta matéria.

Porto, 28 de julho de 2026

P'lo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

Francisco Crisóstomo Calheiros

Avenida da Boavista, 931 a 936 4100-128 PORTO • telef: 226095551 a 8 • Fax: 226097945
Correio Electrónico: pop.cidadedoporto@gmail.com sítio: <http://www.cidadedoporto.pop.pt>
f - facebook.com/cdudidadedoporto

(Pág. 1 de 1)

Information classification:

Anexo III: Declaração de Voto Grupo Municipal CDU sobre o Ponto 6 “Deliberação sobre aprovação do projeto de Regulamento do Conselho Municipal das Comunidades do Porto”.



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP PSP



CIDADE DO PORTO

DECLARAÇÃO DE VOTO

6. Deliberação sobre aprovação do projeto de Regulamento do Conselho Municipal das Comunidades do Porto.

A criação deste órgão representa um passo positivo no reforço da participação das comunidades migrantes na vida da cidade e corresponde à necessidade de promover um espaço de diálogo, acompanhamento e participação sobre matérias que lhes dizem directamente respeito.

O regulamento agora aprovado poderia ir mais longe na criação de um espaço que seja o reflexo das vontades e preocupações das comunidades e nesse sentido a CDU apresentou propostas destinadas a melhorar o seu funcionamento, designadamente alterando o estatuto das entidades públicas, como a AIMA, o IEFP, a PSP, a Polícia Municipal e os serviços municipais, para observadores permanente sem direito de voto, bem como a eliminação do limite de representação de uma associação por comunidade sem a definição de critérios objectivos para tal.

Apesar da não aprovação destas propostas pontuais de alteração a CDU não poderia deixar de acompanhar favoravelmente esta proposta, saudando a formalização deste Conselho, cinco anos depois da aprovação de uma proposta de recomendação da CDU à Câmara Municipal do Porto para esse efeito.

A CDU continuará a acompanhar o funcionamento deste novo órgão e a intervir para que este constitua um verdadeiro espaço de participação, capaz de dar vozes às comunidades, contribuir para uma melhor integração e responder aos problemas concretos que enfrentam no concelho do Porto.

Porto, 28 de julho de 2026
P^{to} Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária
Francisco Crisóstomo Calheiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 22.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 27 de julho de 2026.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Reunião de 27 de julho de 2026. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 22.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 14 de setembro de 2026.

A Presidente

Marta Massada

O 1.º Secretário

Gonçalo Gonçalves

A 2.ª Secretária

Teresa Vilas Boas